



# **O DIREITO ACHADO NA JACA**

**VOLUME B**

**INTRODUÇÃO CRÍTICA AO DIREITO À  
COMUNICAÇÃO E À INFORMAÇÃO**

**ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS**

**JOSÉ GERALDO DE SOUZA JUNIOR • MICAEL CÉSAR RAMOS • ELLEN GERALDES • FERNANDO  
OLIVEIRA RAUANO • JANAIA SOUZA • HELGA MARTINS DE RAUANO • TALITA RAMOS •  
VANESSA NEGRAU**



# **О ДІЯЕІТО АСНАДО ИА ЯЦА V.В**

**ІНТЯРОЦЅДО СЯІТІСА АО ДІЯЕІТО Д  
СОПЦИІСАЅДО Е Д ІНФОЯПАЅДО**

# **O DIREITO ACNADO NA ЯЦА V.B**

## **ИТЯРОДЦЃО СЯЃТІСА АО ДІЯЕІТО Д СОРЦІСАЃДО Е Д ІНФОРМАЃДО**

### **ОРГАНИЗАДОРАС Е ОРГАНИЗАДОРАС**

José Geraldo de Sousa Júnior, Murilo César Ramos, Elen Cristina Geraldес, Fernando Oliveira Paulino, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Helga Martins de Paula, Talita Tatiana Dias Rampin, Vanessa Negrini.

### **АЦТОРАС Е АЦТОРАС**

Alexandre Bernardino Costa, Ana Iris Nogueira Pacheco, Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire), Angélica Peixoto, Antonio Escrivão Filho, Bárbara Lima Vieira, Bia Barbosa, Boaventura de Sousa Santos, Claudia Paiva Carvalho, Cristiano Paixão, Daniel Vitor de Castro, Delcia Maria de Mattos Vidal, Dirlene Santos Barros, Eduardo Gonçalves Rocha, Elizabeth Machado Veloso, Flávio Castro, Francisco Rocha, Gabriel Medeiro Pessoa, Geraldo Miranda Pinto Neto, Gisela Aguiar Wanderley, Gustavo Azevedo, Helena Martins, Humberto Góes, Ísis Menezes Táboas, Jacques de Novion, Janny Carrasco Medina, José Carlos Moreira da Silva Filho, Karenina M. Cabral, Leonardo Luiz de Souza Rezio, Letícia Pereira, Ludmila Cerqueira Correia, Luísa Guimarães Lima, Luísa Martins Barroso Montenegro, Marcela D'Alessandro, Marcelo Barros da Cunha, Marcos Urupá, Milton Carlos Vilas Bôas, Mônica Tenaglia, Natália Oliveira Teles, Olívia Maria de Almeida, Neuza Meller, Patrícia Vilanova Becker, Pedro Andrade Caribé, Roberto Lyra Filho, Rosângela Piovesan, Rosane Freire Lacerda, Sílvia Alvarez, Solange I. Engelmann, Thaís Inácio, Valéria Castanho, Vanessa Galassi, Viviane Brochardt.



Copyright © 2016 by FAC-UnB

**Capas/Fotos** Humberto Góes  
**Diagramação** Vanessa Negrini  
**Revisão** Elton Bruno Barbosa Pinheiro  
**Ficha Catalográfica** Fernanda Alves Mignot (BCE-UnB)  
**Apoio** Daniel Souza Oliveira, Guilherme Aguiar, Luísa Montenegro, Natália Oliveira Teles, Neila Pereira de Almeida, Pedro Ivo, Priscila Augusta Morgado Pessoa, Ricardo Borges Oliveira, Rosa Helena Santos  
**Imagens nas fotos** Bárbara Amaral dos Santos, Guaia Monteiro Siqueira, Mel Bleil Gallo



**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB**  
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,  
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627  
E-mail: fac.livros@gmail.com

**DIRETOR**

Fernando Oliveira Paulino

**VICE-DIRETORA**

Liziane Guazina

**CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO**

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)**

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti (UFSC).

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)**

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

---

I61 Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação/  
organizadores, José Geraldo de Sousa Junior... [et al.] – Brasília: FAC-  
UnB, 2016.  
455 p.: il.; 21x30cm.  
(Série o direito achado na rua, v.8)

ISBN 978-85-9-3078-06-4

1. Direito - Comunicação. 2. Liberdade de informação. 3. Comunicação de massa. 4. Direito Constitucional. 5. Direitos Humanos. I. Série. II. Sousa Jr., José Geraldo de.

CDU: 34:301

---

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UNB. Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	8
---------------------------	---

<b>PARTE I</b> .....	9
----------------------	---

Conceitos e categorias para compreensão do Direito Humano à Comunicação e à Informação sob a perspectiva do Direito Achado na Rua .....	9
---	---

Introdução Crítica ao Direito à Informação e à Comunicação na Perspectiva de “O Direito Achado na Rua”   <b>José Geraldo de Sousa Junior, Helga Maria Martins de Paula e Talita Tatiana Dias Rampin</b> .....	10
---	----

O Direito Humano à Comunicação e à Informação: em busca do tempo perdido   <b>Elen Gerales, Murilo César Ramos, Janara Sousa, Fernando Paulino, Vanessa Negrini, Luiza Montenegro e Natália Teles</b> .....	20
---	----

A Constituinte e a Reforma Universitária   <b>Roberto Lyra Filho (in memoriam)</b> .....	31
--	----

A Democracia difícil: é possível um novo contrato social?   <b>Boaventura de Sousa Santos</b> .....	44
---	----

Acesso à Justiça e a pedagogia dos vulneráveis   <b>Ana Maria Araújo Freire (Nita Freire)</b> .....	69
---	----

Ciência, comunicação, relações de poder e pluralismo epistêmico   <b>Alexandre Bernardino Costa e Eduardo Gonçalves Rocha</b> .....	78
---	----

Comunicação como exercício da liberdade   <b>Antonio Escrivão Filho e Ísis Menezes Táboas</b> .....	88
---	----

<b>PARTE II</b> .....	98
-----------------------	----

Reflexões e trajetórias de luta pelo Direito Humano à Comunicação e à Informação .....	98
--	----

<b>MARCO LEGAL</b> .....	99
--------------------------	----

Sociedade da Informação, Direitos Humanos e Direito à Comunicação   <b>Marcos Urupá</b> .....	100
---	-----

As mudanças no marco regulatório das telecomunicações no Brasil   <b>Elizabeth Machado Veloso</b> .....	111
---	-----

Rádiodifusão comunitária: das barreiras do processo de outorga à criminalização da prestação irregular do serviço   <b>Gisela Aguiar Wanderley e Marcelo Barros da Cunha</b> .....	137
--	-----

A TV Brasil e o debate conceitual em torno do Artigo 223 da Constituição Federal de 1988   <b>Natália Oliveira Teles</b> .....	144
--	-----

Os direitos autorais como expressão de liberdade seletiva no audiovisual | **Pedro Andrade Caribé**  
..... 151

## **COMUNICAÇÃO E GOVERNO**..... 158

O discurso democrático entre governo e esfera pública digital: a construção do portal Dialoga Brasil | **Karenina M. Cabral e Francisco Rocha**..... 159

O Direito à Comunicação nos *sites* de rede social: análise das interações mútuas na página do Humaniza Redes no *Facebook* | **Leonardo Luiz de Souza Rezio** ..... 172

Os *sites* governamentais na era da transparência e da interatividade: um estudo de caso sobre o *site* do Senado | **Valéria Castanho** ..... 183

O acesso à cultura e o reconhecimento dos direitos culturais: experiência cubana | **Janny Carrasco Medina** ..... 192

## **DIREITO À INFORMAÇÃO**..... 204

Direito de informar: a participação do cidadão comum | **Delcia Maria de Mattos Vidal**..... 205

Jornalismo e Direitos Humanos: o papel do jornalista na concretização do acesso à informação | **Angélica Peixoto e Marcela D'Alessandro**..... 216

As verdades da e na gestão pública: uma leitura da lei de acesso à informação e da comissão nacional da verdade | **Dirlene Santos Barros e Mônica Tenaglia**..... 224

Direito à Verdade e Comissões da Verdade: direito de informação sobre graves violações de direitos humanos | **José Carlos Moreira da Silva Filho** ..... 235

Direito à informação sobre transgênicos e agrotóxicos | **Viviane Brochart**..... 252

## **COMUNICAÇÃO E MINORIAS** ..... 265

Educação Jurídica Popular e Direito à Comunicação e à Informação: experiências de loucura e cidadania | **Ludmila Cerqueira Correia e Olívia Maria de Almeida** ..... 266

TV Universitária e o direito à comunicação e à informação | **Neuza Meller e Flávio Castro**..... 280

Políticas públicas de comunicação e de cultura em uma perspectiva multicultural: desafios para a diversidade racial e étnica | **Luísa Martins Barroso Montenegro** ..... 297

Ciberfeminismo e o “Direito Achado na Rede”: o ciberespaço como plataforma de inteligência coletiva e enfrentamentos na luta feminista | **Patrícia Vilanova Becker** ..... 306

Rádiodifusão Sonora Comunitária em Terras Indígenas: os obstáculos da colonialidade na legislação de RadCom | **Rosane Freire Lacerda**..... 317

<b>COMUNICAÇÃO E GOLPE</b> .....	324
Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras   <b>Sílvia Alvarez e Jacques de Novion</b> .....	325
Cultura, política e moral: as diversas faces da censura na ditadura militar brasileira   <b>Cristiano Paixão e Claudia Paiva Carvalho</b> .....	336
Comunicação e democracia: o impacto da cobertura televisiva nas manifestações de março no Brasil   <b>Vanessa Negrini, Elen Geraldes e Janara Sousa</b> .....	349
<b>COMUNICAÇÃO ACHADA NA RUA</b> .....	365
O Interozes e a luta dos movimentos sociais pelo direito à comunicação   <b>Bia Barbosa e Helena Martins</b> .....	366
Histórico da comunicação popular e contra-hegemônica do MST   <b>Solange I. Engelmann e Ana Iris Nogueira Pacheco</b> .....	383
Entre Ocupar e Invadir: a disputa midiática sobre o Direito   <b>Geraldo Miranda Pinto Neto</b> .....	396
Resistência e Arte: o teatro do Movimento de Mulheres Camponesas   <b>Ísis Menezes Táboas, Leticia Pereira e Rosângela Piovesan</b> .....	415
Fotografia Achada na Rua: dialética e práxis sob o foco de uma câmera   <b>Daniel Vitor de Castro</b>	423
A relação entre a luta sindical e a pauta pela democratização da comunicação   <b>Vanessa Galassi</b>	434
<b>AS ORGANIZADORAS E OS ORGANIZADORES</b> .....	445
<b>AS AÇTORAS E OS AÇTORES</b> .....	446
<b>AS ILUSTRAÇÕES E AS FOTOGRAFIAS</b> .....	451



# РАЯТЕ I

CONCEITOS E  
CATEGORIAS

РАЯА СОПРЯЕЕНСÃO ДО ДИРЕИТО  
НЦПАИО À СОПЦИСАÇÃO Е À  
ИНОЯМАÇÃO СОЪ А РЕАЕРЕСТИВА  
ДО ДИРЕИТО АСНАДО ИА ЯЦА



## Ciência, comunicação, relações de poder e pluralismo epistêmico

Alexandre Bernardino Costa  
Eduardo Gonçalves Rocha

**E**ste artigo trabalhará a relação existente entre ciência e relações de poder. O científico é uma forma específica de comunicar-se no e sobre o mundo, sendo indissociável do contexto político, social e simbólico que permite sua formação. É uma linguagem entre outras, replicada por uma comunidade de falantes que enuncia “bons argumentos” a partir de posições assimétricas. Ao mesmo tempo, o privilégio que é dado à ciência sobre outras formas de estar e conhecer o mundo encobre os fracassos e as fragilidades dela, sem dizer que nega o pluralismo epistêmico que tem muito a ensinar.

Na primeira parte, utilizará as ideias de Thomas Kuhn para aprofundar as reflexões sobre as relações entre ciência e poder. Esse autor enuncia uma concepção paradigmática da ciência normal, defendendo que ela desenvolve-se quando uma determinada comunidade (grupo de iniciados) compartilha um paradigma (conceitos comuns, crenças e pressupostos que oferecem soluções modulares).

As ideias de Kuhn trazem duas definições indissociáveis e que atuam de forma recursiva: o paradigma e a comunidade. O artigo, utilizando-se dessa pista, recorre às contribuições da semiologia do poder e da análise do discurso realizadas por autores como Barthes, Warat e Orlandi para afirmar que o paradigma é uma linguagem compartilhada por um grupo de falantes.

A semiologia dirá que toda linguagem é uma entre outras formas de simbolização do mundo, com suas seleções e exclusões, o que permite a compreensão, mas que também gera suas invisibilidades. Não há linguagens melhores, piores ou universalizáveis, elas são indissociáveis de um tempo social, o qual possibilita que elas existam e que se beneficia delas. A ciência é uma forma de saber que nasce e privilegia o ser e o conhecer modernos em detrimento de outras formas de apreender e realizar-se no mundo.

Se o paradigma é indissociável da cosmovisão de mundo que o institui, a comunidade que o compartilha somente pode replicá-lo com base no lugar de fala que ocupa. A ciência não se desenvolve por meio de cientistas que enunciam bons argumentos e provas racionais

despidos de poder. Ao contrário, toda comunicação está intimamente associada ao lugar de fala do enunciador, isso determinará se o que é dito deverá ser levado em consideração ou não, bem como o nível de credibilidade e repercussão de um “bom” argumento. Discursos são indissociáveis de relações de poder. Dissimetrias sociais encontradas em outros espaços sociais como o sexismo, o racismo, as desigualdades de classe possuem repercussão e são constitutivas do científico. Com isso se conclui: se o paradigma não é uma estrutura neutra ou que permite um conhecimento universalmente comensurável, sua própria forma de replicação também é indissociável do contexto social que faz parte.

Na segunda parte, fará um questionamento à pretensão hierárquica da ciência sobre outras formas de saber e estar no mundo. Não se negará os avanços e a própria importância da ciência moderna para a vida contemporânea. As contribuições médicas, físicas geraram enormes ganhos. Contudo, fazem-se duas perguntas: por que os seus fracassos e suas inconsistências são minimizados? O que se perde ao desconsiderar o que outras formas de ser e conhecer o mundo podem ensinar?

Em um mundo em que a crise ambiental e a crise nas relações humanas são cada vez mais evidentes e insustentáveis, o pluralismo epistêmico, ir ao encontro de uma ecologia de saberes, poderá auxiliar na busca por alternativas politicamente invisibilizadas. Em última medida, questionar o privilégio da ciência significa ampliar escutas e tornar mais plural e radical a sociedade que se quer construir.

### **Semiologia, ciência e relações de poder**

Kuhn (2011, p. 312-313) pode ensinar muito sobre a relação entre ciência e relações de poder. Para ele a definição de “paradigma” é indissociável da categoria comunidade<sup>1</sup>. “Um paradigma é aquilo que membros de uma comunidade científica, e apenas eles,

---

<sup>1</sup> Definir paradigma para Kuhn não é uma tarefa fácil. A par da multiplicidade de acepções e das amplas divergências suscitadas, o próprio autor constata a existência de 22 sentidos, faz-se menção a uma concepção principal: os compromissos compartilhados por uma comunidade científica. Assim, pode-se afirmar que o conceito de “comunidade científica” e “padrões aceitos”, que permitem “soluções modelares”, são-lhe as características centrais (KUHN, 2006, p. 13, 30, 43, 222; 2011, p. 312, 313). Um paradigma governa primeiramente um grupo de pesquisadores que compartilha um conjunto de crenças comuns, o que lhes permite pensar o objeto e as soluções para os problemas apresentados. Possibilita a construção de preocupações comuns, além de constituir uma determinada forma de raciocinar. Antigas inquietações podem manter-se vivas, porém revistas, compreendidas fundamentadas no novo paradigma. Pressupõe a reconstrução de teorias anteriores e revalidação de fatos precedentes. (KUHN, 2006, p. 26, 147, 226).

compartilham. Reciprocamente, é a posse de um paradigma em comum que institui a comunidade científica a partir de um grupo de pessoas com outras disparidades”.

Uma comunidade científica constitui-se como tal ao compartilhar um paradigma, ao mesmo tempo, um paradigma somente pode existir caso seja compartilhado por uma comunidade.

Kuhn (2006, p. 13, 30, 43, 222; 2011, p. 312, 313) explica muito bem as consequências da inter-relação entre paradigma e comunidade, pois, ao compartilhar crenças, compromissos comuns, é possível produzir um campo de inteligibilidade específico, comensurável obtendo soluções modelares. Porém, para além desses resultados, como alerta o próprio autor (KUHN, 2006, p. 250), a escolha de um paradigma é a opção por uma linguagem, por uma forma específica de ver, compreender e dizer o mundo. Como consequência, não há uma linguagem neutra que perpassa a pluralidade de comunidades científicas e permitam que desenvolvam um conhecimento universalmente comensurável. Todo paradigma é uma linguagem entre outras, é uma forma determinada de conceber o mundo.

Se um paradigma constitui uma comunidade científica, o próprio conceito de comunidade não é de menor relevância. A ciência somente pode ser reproduzida por uma comunidade, ou seja, cada cientista torna-se ator da reprodução do conhecimento ao ocupar um lugar de fala próprio, qual seja, um *status* específico dentro do seu grupo que conferirá a ele maior ou menor credibilidade e repercussão ao que diz.

Como ensina a semiologia (BARTHES, 2006, p. 17 e ss., SAUSSURE, 1999, p. 27), são dois os elementos da linguagem: a língua, parte social, elementos compartilhados, as estruturas que permitem o jogo; e a fala, rearranjo constante por parte dos habilitados no jogo proporcionado pela língua. Ambas as dimensões são indissociáveis e possibilitam-se mutuamente<sup>2</sup>.

Estabelecer o paralelo entre língua e paradigma, bem como entre fala e comunidade pode contribuir para entender melhor a dinâmica de poder instituída pela ciência.

A língua e a fala são lugares de poder. A conceitualização permite a linguagem, mas também é campo da dominação, pois toda classificação é uma seleção, um corte que exclui

---

<sup>2</sup> A língua e a fala serão trabalhadas aqui para fins analíticos dissociadamente, mas são duas dimensões estritamente ligadas e constitutivas da linguagem. (SAUSSURE, 1999, p. 27).

outras possibilidades de expressão. Pressupõe um jogo arbitrário de poder que antecede a comunicação em que o sujeito falante está inevitavelmente imerso. Cada conceito científico não é apreensão linear da realidade, mas um corte arbitrário que evidencia determinados aspectos e encobre outros. (BARTHES, 1975, p. 49; 2007, p. 12).

A língua é local de possibilidades, de criação, mas também obriga a fazer, por exemplo, a escolha necessária entre o masculino e o feminino, entre sujeito e objeto, entre eu e tu, em outras palavras, induz os participantes a jogar o seu jogo como o único possível. Há o fechamento em si e a rejeição de outras linguagens, outras estruturas, outros desejos, outros projetos de poder e de realidade. (BARTHES, 2007, p. 27).

Ao comunicar-se em determinada língua já se está imerso em uma estrutura de poder pré-programada, em determinado sistema de coerção e escolhas postas que serão assumidas e realizadas simplesmente por ser participante do jogo (PERRONE-MOISÉS, 2007, p. 55, 56).

Não se tem uma visão maniqueísta desses fenômenos de poder que perpassam a linguagem, não se pretende simplificar a discussão em termos de bom ou mau. Quer-se enfatizar que todas as linguagens são fenômenos de poder e é exatamente isso que lhes permite constituir-se como estruturas comunicativas (BARTHES, 2007, p. 12). Por outro lado, assumir isso não exclui que se possam identificar alguns efeitos perversos presente nelas e, assim, denunciá-los; por exemplo, no caso em questão, a pretensão de superioridade da modernidade sobre outros discursos. (WARAT, 2003, p. 7).

A língua é jogo de poder que confere suporte para o desenvolvimento da fala, mas essa também não se desenvolve de forma neutra. As falas, os discursos, nunca são impermeáveis ao poder, sempre estão inseridos em um conjunto de sutilezas retóricas, em lugares de fala privilegiados, e é isso que determinará a existência e o sucesso deles. Se a ciência é uma prática comunicativa, cada um dos seus membros ocupará um lugar específico de poder.

Segundo Foucault (1998, p. 7, 15, 38; 2005, p. 140), desde Sócrates há uma promessa de pureza discursiva, associando os discursos à verdade e não ao poder, contrapondo-se, assim, aos sofistas. Tal tradição coloca os discursos em um lugar de honra, mas, ao mesmo tempo, pretende que eles sejam desarmados, neutros, objetiváveis, imparciais. Em síntese, dissociados do poder. Para essa visão, o poder não vem deles, mas são externos a eles. São inseridos por interesses escusos aos próprios discursos, traindo sua neutralidade e isonomia.

No entanto, em toda sociedade, a produção discursiva é selecionada, organizada, controlada e distribuída. A própria transmissão depende de códigos linguísticos, corporais, gestos, circunstâncias e posições dos interlocutores. Por exemplo, em um evento acadêmico, a fala de um professor titular goza de maior credibilidade e importância que a de um doutorando. Os interlocutores estarão mais abertos ao primeiro, tendo suas afirmações muito mais força de produzir verdades e convencer que as do segundo. A fala de um homem, comumente, goza de maior crédito que a de uma mulher. Enfim, quem e de onde se fala é determinante para a credibilidade e para a repercussão de algo: homem ou mulher, negro ou branco, criança ou adulto, doutor ou mestre, culto ou inculto, iniciado ou não iniciado. “Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. (FOUCAULT, 1998, p. 37).

Quer-se enfatizar aqui que os discursos vão além de traduzir o jogo de poder presente na língua, são eles mesmos campos de batalhas. A comunidade científica não se desenvolve por meio de um diálogo franco, sincero composto por bons argumentos. Não apenas e não por má fé. Todo diálogo é indissociável do lugar de poder dos falantes e das disputas deles decorrentes.

Há um sistema de exclusão que determina quais discursos podem circular. Não se exerce o controle apenas sobre o que entrará e o que ficará fora da partida linguística, mas dentro do próprio jogo também há os mecanismos “internos” de seleção. São ferramentas que ordenam, classificam, unificam, hierarquizam e, assim, exercem o controle. Pode-se exemplificar com a ideia de autoria, que impõe a exigência de coerência, fazendo com que o texto seja interpretado com base em uma ideia de unidade, desprezando as incongruências como erros. Todo aquele conjunto de ideias que soarem como absurdas serão ou excluídas ou reinterpretadas para que soem coerentes (FOUCAULT, 1998, p. 21 e ss.; ORLANDI, 2010, p. 74-77).

Sujeitos que partilham o mesmo jogo linguístico sempre estarão imersos nos jogos de poder discursivos, sendo questionável a ideia de simetria. Ocupam diferentes posições, diferentes lugares de fala; sendo assim, seus discursos inevitavelmente terão efeitos díspares na produção de verdades.

Ao fazer essas afirmações, defende-se que não há linguagem pura, seja a língua, seja a fala. Dessa forma, a ciência jamais será neutra, pois nem o paradigma nem a comunidade podem ser despidos das relações de poder que lhe é instituinte.

Não é possível eliminar os múltiplos sistemas de coerções da linguagem. Se isso fosse possível não se chegaria à neutralidade, mas ao fim da própria linguagem, ou da própria ciência, pois são eles que ao restringirem a viabilizam: “A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes”. (FOUCAULT, 1998, p. 38).

É importante mostrar as sutilezas do poder para romper com a falsa ideia de objetividade e de neutralidade que o conhecimento moderno atribui-se. Voltando a Kuhn (2006, p. 250, 251), o paradigma estabelece uma língua, estrutura de poder que permite a comunicação de uma comunidade. Igualmente, os lances produzidos por seus interlocutores são determinados por uma rede sutil de coerções. Há hierarquias e vozes privilegiadas no interior de uma mesma comunidade.

A ciência, caso se admita os pressupostos kuhnianos e as contribuições da semiologia, é uma forma de produzir conhecimento entre tantas outras, indissociável de um contexto social específico. É uma linguagem com suas coerções e limitações próprias, ao mesmo tempo, é desenvolvida por uma comunidade que expõe seus “bons argumentos” em um jogo em que a simetria é impossível ser alcançada.

### **Ciência e sua pretensão hierárquica**

A epistemologia moderna dedicou substanciais esforços para produzir um conhecimento objetivo que não tivesse influência da subjetividade; vale dizer, um sistema de verdades que não perpassasse o sujeito, que ficasse imune aos jogos de verdade e de poder. Ignorando, assim, que o contexto político, social e institucional está diretamente associado à construção do conhecimento.

Ao tentar dissociar-se da política, em última medida, o discurso científico procurou ocultar suas pretensões de poder e, por consequência, invisibilizar a sua fragilidade ao colocar-se como saber superior a outras formas de conhecer e estar no mundo. A ciência ocidental é inseparável, constituída e constitutiva da visão ocidentalizante de mundo; o privilégio e a hierarquia que confere a si não é nada além da superioridade que a

modernidade atribui-se diante de outros modos de vida (FEYERABEND, 2007, p. 29; RESTREPO, 1998, p. 29-37).

Como explica Feyerabend (2007, p. 309; 2010, p. 352), a ciência não é uma tradição isolada. Existe uma multiplicidade de outros saberes igualmente importantes para a sociedade e que conseguem oferecer respostas satisfatórias ao que se propõem. Não é possível dizer que a técnica moderna de produção do conhecimento é a melhor ou superior às demais, apenas possui propósitos diferentes.

A expansão da ciência é indissociável da expansão do modo de vida ocidental, dos seus costumes e do seu *ethos*. A valorização das conquistas obtidas pelos conhecimentos disciplinares não deixa de ser um elogio autoreferencial da modernidade sobre si. É verdade que o conhecimento ocidental levou o homem à Lua e conseguiu descobrir a cura de múltiplas doenças. No entanto, não se pode afirmar que é a única, ou a melhor, forma de saber que pode melhorar a vida daqueles atingido por ele.

Não se desconsidera a importância e as conquistas do conhecimento disciplinar ocidental, o que se questiona é o porquê de esse saber ser privilegiado em detrimento de múltiplas tradições, sendo considerado superior ou universal. Alguns podem responder que a hierarquia deve-se ao fato de ele apresentar os melhores argumentos. Contudo, sabe-se que não foram apenas bons argumentos que impuseram e continuam impondo a modernidade, mas também as armas e a força. (FEYERABEND, 2010, p. 110, 353).

Maior poder não significa que algo possa ser considerado melhor. Confundir a capacidade de se impor com ter ascendência sobre algo é consequência de um modo de produção do conhecimento que encobre as relações de poder que estão por trás de toda verdade. O saber é indissociável das relações políticas. O mundo é constituído por “verdades” precárias produtoras do sistema dinâmico do real, ocultadas em um mito de objetividade que dissocia o saber do poder (WARAT, 1982, p. 48-49). Existem tecnologias de produção do mundo, sendo o inquérito científico a técnica legitimada pela modernidade (FEYERABEND, 2010, p. 105; FOUCAULT, 1979, p. 12; 1999, p. 28; 2005, p. 51).

Apesar de a ciência ser um único conceito, faz referência a uma multiplicidade de objetos distintos (FEYERABEND, 2007, p. 319). Assume como ponto de partida a existência de conhecimentos paradigmáticos comensuráveis, sendo o inquérito seu método de produção de verdades. No entanto, Feyerabend (2007, p. 37-43) demonstra que não há unidade, uma



teoria geral, um caminho único sobre como esse inquérito deve proceder, consistindo nisso a garantia do seu sucesso. Do mesmo modo, não há garantia de que caminhos anteriormente percorridos darão novamente certos. Em outras palavras, é o inquérito que confere legitimidade à ciência, mas ele mesmo é uma fórmula vazia. (FOUCAULT, 2005, p. 78).

Atribui-se superioridade à ciência diante de outros saberes em razão da forma que produz seu conhecimento, o método. Contudo, autores como Feyerabend (2007, p. 37-43) defendem a inexistência do “método”, mas sim de caminhos incertos, imprevisíveis e sempre novos trilhados pelos pesquisadores. É isso que permite às múltiplas ciências atingirem seus resultados. O paradoxo é: a ciência legitima-se como superior em relação a outras formas de conhecer por meio do método, mas o método em si é uma fórmula vazia.

A indagação ética que o discurso de superioridade da ciência não deixa vir à luz, considerando-a tola, ingênua ou inútil é: por que privilegiar a ciência? Outras formas de conceber e estar no mundo também têm muito a ensinar, em especial, em relação aos grandes desafios desta sociedade: a redefinição da relação do homem com a natureza e com o outro.

### **Considerações finais**

Sendo a ciência uma construção linguística entre tantas outras, cabe indagar o que se reivindica ao dizer que “se faz ciência”? O que ou quem se pretende minimizar? Desejam-se os efeitos de poder que o Ocidente “[...] atribuiu e reservou aos que fazem o discurso da ciência” (FOUCAULT, 1999, p. 15), o que é indissociável da defesa da própria modernidade sobre outros modos de vida.

Não se pode ver com ingenuidade o local superior que o discurso científico atribui-se, buscando um espaço de fala privilegiado e o rebaixamento de outros saberes. Permite-se julgar os demais conhecimentos, mas não se permite ser julgado por eles. Legitima-se como espaço do diálogo e da refutação, porém somente para aqueles que cumprem os critérios definidos por ele (FEYERABEND, 2007, p. 361; 2010, 196, 197, 355-361).

Apesar de a crítica ser direcionada à ciência, tem-se clareza de que todo sistema linguístico é uma estrutura de poder. Onde há linguagem, há poder. (BARTHES, 2007, p. 12).

O problema é que a ciência coloca-se como o espaço do diálogo, mas é extremamente seletiva com os saberes com que conversará. Obteve sim grandes conquistas, mas também

cotidianamente obtém enormes fracassos. Sua história não é marcada somente por vitórias, são precisos milhões em investimentos públicos e privados e muitos erros para se conseguir avanços. Muitos são úteis, muitos inúteis e outros, ainda, maléficos para a sociedade (FEYERABEND, 2007, p. 330). O que se quer evidenciar com isso é o efeito perverso que o discurso de superioridade da ciência (indissociável da Modernidade) tem sobre outros saberes e outras formas de vida. Exclui-se o plural e, assim, perdem-se escutas.

Desprivilegiar a ciência não é reduzi-la a nada, é reconhecer sua importância, mas também a de outras formas de produzir o mundo. É o chamamento para a participação democrática mais plural e aberta. Outras tradições possuem muito a oferecer e igualmente acumulam enormes conquistas. Ampliar as escutas é aumentar os caminhos que podem ser seguidos, escapando dos destinos que se apresentam como únicos (FEYERABEND, 2007, p. 17, 60, 308, 361).

## Referências

BARTHES, R. **Roland Barthes por Roland Barthes**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1975.

\_\_\_\_\_. **Elementos de semiologia**. Tradução de Izidoro Blikstein. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

\_\_\_\_\_. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e pós-fácio de Leyla Perrone-Moisés. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Tradução de Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Adeus à razão**. Tradução de Vera Joscelyne. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

\_\_\_\_\_. **A tensão essencial**: estudos selecionados sobre tradição e mudança científica. Tradução de Marcelo Amaral Penna-Forte. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes, 2010.

PERRONE-MOISÉS, L. Lição de Casa. In.: **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 07 de janeiro de 1977. Tradução e pós-fácio de Leyla Perrone-Moisés. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2007. p. 49-95.

RESTREPO, L. C. **O direito à ternura**. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ROCHA, E. G. **Sujeito de direito e subjetividade**: reflexões críticas sobre o constitucionalismo democrático. Rio de Janeiro: LumemJuris, 2014.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1999.

WARAT, L. A. **A pureza do poder**: uma análise crítica da teoria jurídica. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

\_\_\_\_\_. Confissões e ilusões: manifesto para Contradogmáticas. In: WARAT, L. A. **Contra-dogmáticas**. Brasília: ALMMED, 2003. p. 4-9.

 **O DIREITO  
ACHADO NA RUA**

**LAPCOM**  
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO



A Mídia  
Golpista  
mata todo  
DIA!

